

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

VERSÃO ATUALIZADA EM ABRIL DE 2026



PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

VERSÃO 2026 – ATUALIZADA EM ABRIL DE 2026



COMPOSIÇÃO:

Des. Fábio José Bittencourt Araújo
DESEMBARGADOR-PRESIDENTE

Des. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho
VICE-PRESIDENTE

Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Elisabeth Carvalho Nascimento
Des. Otávio Leão Praxedes
Des. Alcides Gusmão da Silva
Des. Tutmés Airan de Albuquerque Melo
Des. Klever Rêgo Loureiro
Des. Paulo Barros da Silva Lima
Des. Fernando Tourinho de Omena Souza
Des. João Luiz Azevedo Lessa
Des. Domingos de Araújo Lima Neto
Des. Orlando Rocha Filho
Des. Ivan Vasconcelos Brito Junior
Des. Fábio Costa de Almeida Ferrario
Des. Paulo Zacarias da Silva
Des. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Juízes Auxiliares da Presidência

Dr^a. Livia Maria Mattos Melo Lima
Dr. Thiago Augusto Lopes de Moraes
Dra. Carolina Sampaio Valões da Rocha Coêlho

ELABORAÇÃO:

ASSESSORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Clóvis Gomes da Silva Correia
ASSESSOR-CHEFE

DIVISÃO DE SUSTENTABILIDADE

Eliane Silva do Nascimento
Edmar Lima Dias Neto

VALIDAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Comissão Ambiental do Poder Judiciário de Alagoas

SUMÁRIO

Apresentação	5
Resumo dos resultados das emissões por categoria e escopo, em 2025.....	6
Escopo, categoria, ações e metas.....	8
Plano de ações para redução das emissões de GEE por escopo e categoria	10
Conclusão	11

Apresentação

O Tribunal de Justiça de Alagoas tem envidado esforços para o cumprimento da Resolução CNJ nº 594, de novembro de 2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero, cujo objetivo é promover a descarbonização do Poder Judiciário do Brasil, por meio de ações de redução e eliminação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Para a elaboração do primeiro inventário de Gases do Efeito Estufa de 2024, o Tribunal de Justiça de Alagoas promoveu, em dezembro de 2024, uma capacitação em parceria com o TRE-AL e o TJSE, contemplando 9 servidores das áreas de Sustentabilidade, Gestão de Contratos e Patrimônio. A referida capacitação foi ministrada por empresa credenciada junto ao Programa Brasileiro GHG Protocol.

De acordo com os resultados do Inventário de GEE de 2024, elaborado em conformidade com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, o Tribunal de Justiça de Alagoas, por meio da Divisão de Sustentabilidade, empenhou-se em diversas ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 2025.

Em 2025, tivemos uma considerável redução de emissão de CO₂, com a expansão de placas fotovoltaicas em 5 unidades do Poder Judiciário de Alagoas, redução de viagens aéreas, redução nas emissões fugitivas.

Dessa forma, os resultados alcançados evidenciam o compromisso institucional do Tribunal de Justiça de Alagoas com a agenda ambiental e com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Justiça Carbono Zero. A continuidade dessas ações, aliada ao aprimoramento constante dos processos de monitoramento e gestão das emissões, reforça a responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário alagoano e contribui para a construção de uma administração pública mais sustentável, eficiente e alinhada às boas práticas de governança climática.

Resumo dos resultados das emissões por categoria e escopo, identificadas no Inventário de GEE de 2025.

Tabela 1. Emissões de GEE por escopo, categoria e participação percentual.

Escopos	Categorias	Emissão de GEE (tCO ₂ e)	Proporção da emissão por Categoria
1	Combustão móvel	287,138	67%
	Combustão estacionária	15,097	4,0%
	Emissões fugitivas	15,64	3,0%
2	Energia Elétrica	50,427	12%
	Viagens a negócios	58,17	14%
Total		426,472	100%

Fonte: Ferramenta disponibilizada pelo programa Brasileiro GHG Protocol e dados de consumo fornecidos pelos gestores de contrato e de áreas operacionais.

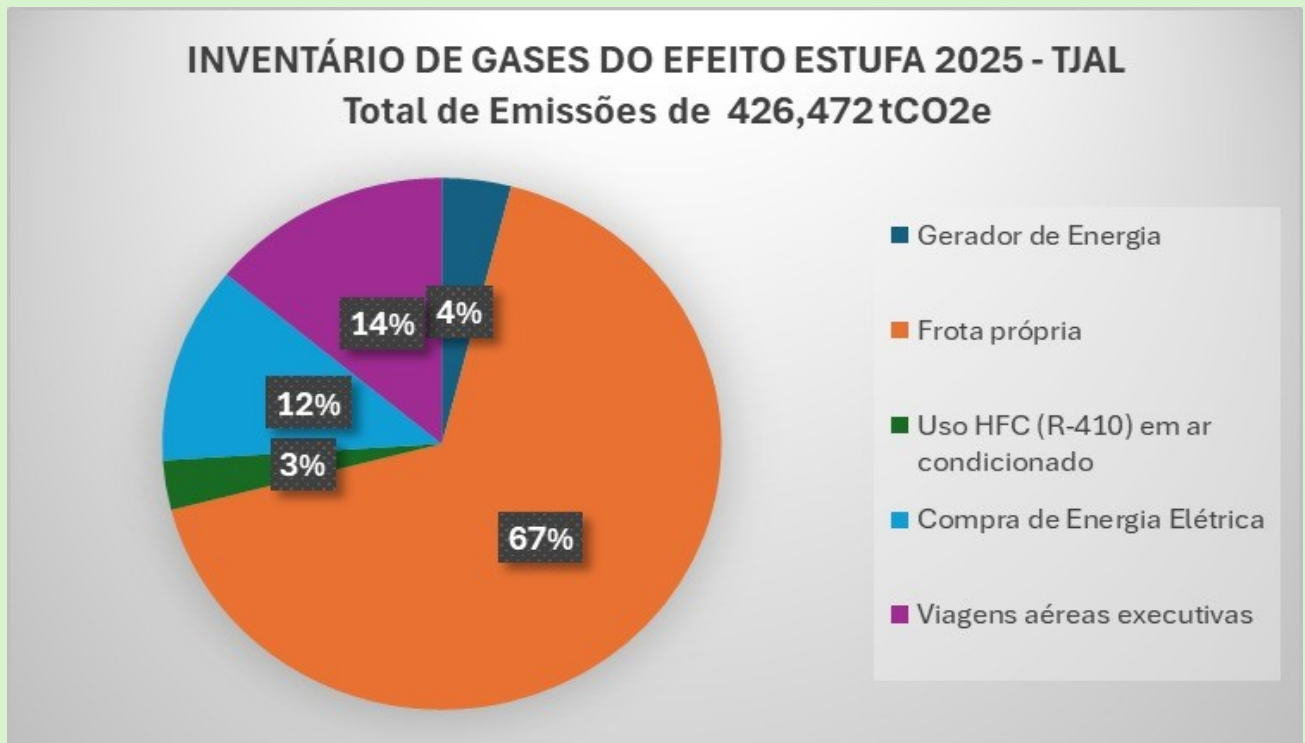


Figura 1. Percentual de emissões por categoria em 2025.

Em 2025, as emissões de gases de efeito estufa totalizaram 426,472 tCO₂e. Esse resultado representa uma redução significativa de aproximadamente 68,93% no período analisado, em relação a 2024, que foi de 1.373 tCO₂e.

Escopo, Categoria, Ações e metas

Baseados nesse resultado estão sendo trabalhados inicialmente as seguintes ações/projetos por Escopo:

Escopo	Categorias	Ação/Projeto
Escopo 1	<p>Categoria 1: Combustão Móvel</p>	<p>Ação 1.1: Substituição de combustíveis - Passar a abastecer os carros da linha flex apenas com Etanol. Início: Janeiro de 2026</p> <p>Meta (intermediária e final): 80 tCO₂e em 2026, considerando início da medida em janeiro de 2026)</p> <p>Ação 1.2: Renovar a Frota de veículos de transporte de servidores e magistrados migrando para carros híbridos ou elétricos. (esta ação deverá respeitar cronograma de acordo com a disponibilidade Financeira do Tribunal que renovou grande parte da frota em 2023/2024). Início: Maio de 2026 (planejamento)</p> <p>Emissão inicial da frota de carros: 287,14 tCO₂e</p> <p>Meta final após renovação da frota: Reduzir em 50% as emissões de CO₂ da frota do TJ Alagoas.</p>
	<p>Categoria 2: Emissões fugitivas</p>	<p>Ação 2.1 Aumentar a frequência das manutenções periódicas dos equipamentos de ar-condicionado Início: Maio de 2026</p> <p>Emissão inicial: 15,64 tCO₂e</p> <p>Meta final : Reduzir em pelo menos 10% as emissões de CO₂.</p>



Escopo 2	Categoria 3: Energia Elétrica	<p>Ação 3.1: Atingir a autonomia em geração/consumo de energia, com as novas placas solares que já foram instaladas. Em 2026 será instalada novas placas no município de São Luis do Quitunde – AL e na nova sede da administração do TJ-AL. Atualmente, com a Usina de Energia Fotovoltaica, estamos em cerca de 80% de autonomia garantida para 2026.</p> <p>Início: Já iniciada.</p> <p>Fator de emissão inicial: 50,426 tCO₂e</p> <p>Meta intermediária: 80% de autonomia em 05/2026;</p> <p>Meta final: 90% de autonomia (consumo– energia injetada na rede da concessionária) verificada a partir do mês de finalização da Instalação das demais placas, o que está prevista para junho de 2026.</p>
Escopo 3	Categoria 4: Viagens a negócios	<p>Ação 4.1: Realizar estudo sobre a possibilidade de passar a compensar as emissões GEE advindas das passagens aéreas com o pagamento de tarifas extras para companhias aéreas que por sua vez compram crédito carbono, compensando assim as nossas emissões.</p> <p>Início: Junho/2026</p> <p>Fator de emissão inicial: 58,17 tCO₂e</p> <p>Meta final: 0,00 tCO₂ e a partir do aditivo de contrato com agências de viagens.</p>

Na ação de compensação de CO₂, o Tribunal de Justiça de Alagoas iniciou em 2026, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA, um reflorestamento de aproximadamente 600 mudas de espécies nativas da caatinga, em área localizada no município de Delmiro Gouveia. Nesse contexto, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) vem promovendo ações de compensação de CO₂ por meio de iniciativas de reflorestamento, contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais, a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento das práticas de sustentabilidade no estado de Alagoas.

Plano de ações para redução das emissões de GEE por Escopo e Categoria

Escopo	Categoria	Ações e Projetos	Emissão de GEE (tC O2e)	Possibilidade percentual de neutralização	Responsável	Prazo	Previsão de custos	STATUS
1	Combustão móvel	Substituição de combustíveis - passar a abastecer os carros da linha flex apenas com etanol.	287,13	50%	SETOR DE TRANSPORTES	2026	Conforme abastecimento	Em andamento
		Renovar a Frota de veículos migrando para carros híbridos ou elétricos.		20%	SETOR DE TRANSPORTES	2026	A dimensionar	A fazer
	Emissões fugitivas	Aumentar a frequência das manutenções periódicas dos equipamentos de ar-condicionado	15,64	30%	DINFRA	2025/2026	Recursos Econômicos	Em andamento
2	Energia elétrica	Atingir a autonomia em geração/consumo de energia, com novas placas solares que já foram instaladas. Atualmente, com A Usina de Energia Fotovoltaica, estamos em cerca de 70% de autonomia. Previsão de instalação em mais duas unidades em 2026.	50,427	90%	DINFRA	2026	Já investidos	Em andamento
3	Viagens a negócios	Realizar estudo sobre a possibilidade de passar a compensar as emissões GEE advindas das passagens aéreas com o pagamento de tarifas extras para companhias aéreas que, por sua vez compram crédito carbono, compensando assim as nossas emissões.	58,17	A Verificar	Divisão de Sustentabilidade/ Cerimonial/ Presidência	2026	A dimensionar	A fazer
		Desenvolver política interna para substituições de viagens por reuniões virtuais.						

Conclusão

O Plano de Descarbonização de 2025 do Tribunal de Justiça de Alagoas demonstra avanços concretos e consistentes na internalização das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 594/2024. Os resultados obtidos a partir do primeiro inventário de emissões e das ações implementadas ao longo do período evidenciam não apenas a capacidade institucional de mensurar e gerir suas emissões de Gases de Efeito Estufa, mas também o compromisso efetivo com a mitigação dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

As iniciativas adotadas, como a ampliação do uso de energia solar, e o controle de emissões fugitivas, refletem uma atuação estratégica voltada à eficiência operacional e à sustentabilidade. Tais medidas contribuem diretamente para a redução da pegada de carbono institucional, ao mesmo tempo em que fortalecem a cultura organizacional orientada à responsabilidade socioambiental.

Diante desse cenário, destaca-se a importância da continuidade e do aprimoramento dessas ações, com a consolidação de rotinas de monitoramento, capacitação contínua das equipes envolvidas e integração da agenda climática aos processos decisórios. Assim, o Tribunal de Justiça de Alagoas reafirma seu alinhamento ao Programa Justiça Carbono Zero e se posiciona como agente relevante na promoção de uma gestão pública mais sustentável, resiliente e comprometida com as futuras gerações.